CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 25.062/25/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 04.002274847-57
Impugnação: 40.010158955-64
Impugnante: Boaretto Operações e Logística Ltda
IE: 004634676.00-76
Coobrigado: Maria Teodora Boaretto Granero
CPF: 081.555.028-64
Proc. S. Passivo: MARIA EDUARDA DE FARIA OLIVEIRA
Origem: DF/Divinópolis

EMENTA

MERCADORIA - TRANSPORTE DESACOBERTADO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL - CONTAGEM FÍSICA DE MERCADORIAS. Constatado em operação de conferência de mercadoria no estabelecimento da transportadora autuada, a presença de mercadorias recebidas para transporte desacobertas de documento fiscal e acobertadas por documentos ideologicamente falsos. Crédito tributário reformulado pela Fiscalização. Corretas as exigências remanescentes de ICMS acrescido da Multa de Revalidação disposta no art. 56, inciso II e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, todos da Lei nº 6.763/75.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SÓCIO - COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA A ELEIÇÃO. Os sócios-administradores respondem pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias decorrentes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto, por força do art. 135, inciso III do CTN e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75.

Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre mercadorias recebidas para transporte desacobertas de documento fiscal e acobertadas por documentos ideologicamente falsos, que também foram consideradas desacobertas, constatado em operação de conferência de mercadoria no estabelecimento da transportadora autuada, em cumprimento à ordem de serviço 08.240003801-21, no dia 19/12/24, às 11 horas.

Exige-se o ICMS acrescido da Multa de Revalidação disposta no art. 56, inciso II e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, todos da Lei nº 6.763/75.

A sócia-administradora, Maria Teodora Boaretto Granero, foi incluída como Coobrigada no polo passivo da autuação em consonância com o disposto no art. 135, inciso III, do CTN, c/c art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por seu procurador regularmente constituído, Impugnação às págs. 55/74, contra a qual a Fiscalização se manifesta às págs. 190/228, momento em que também realiza a Reformulação do Crédito Tributário às págs. 233/234, para excluir o crédito tributário relativo à mercadoria acobertada pela Nota Fiscal nº 008.465, emitida em 13/12/24, por “Leica Aparecida Yamashita Balduino”, assim como os valores reconhecidos e pagos pela Impugnante.

Aberta vista, a Impugnante não se manifesta.

A Fiscalização novamente se manifesta (págs. 240/278).

DECISÃO

Da Preliminar

Da Nulidade do Auto de Infração

A Impugnante requer que seja reconhecida a sua ilegitimidade passiva para figurar no polo passivo da autuação, tendo em vista que é apenas a transportadora contratada para realizar o transporte da mercadoria e não a emitente da nota fiscal.

Argui, também, a nulidade da autuação e da CDA, pois a imputação fiscal é de transporte/depósito de mercadoria desacobertada de documento fiscal, enquanto ela, Impugnante, não cometeu qualquer infração e, se tivesse cometido, seria o transporte/depósito de mercadoria acompanhada de nota fiscal inidônea, o que atrairia a nulidade do Auto de Infração, na forma da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça de Sergipe que colaciona.

Em que pesem os argumentos da Impugnante, razão não lhe assiste.

Não obstante a arguição ter como objeto matéria afeta ao mérito, cumpre estabelecer que o Auto de Infração contém os elementos necessários e suficientes para que se determine, com segurança, a natureza das infrações. As infringências cometidas e as penalidades aplicadas encontram-se legalmente embasadas. Todos os requisitos foram observados, formais e materiais, imprescindíveis para a atividade do lançamento, previstos nos arts. 85 a 94 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08.

O Auto de Infração foi lavrado conforme disposições regulamentares e foram concedidos às Autuadas todos os prazos legalmente previstos para apresentar a sua defesa, em total observância ao princípio do contraditório.

No presente caso, aplica-se o disposto no art. 21, inciso II, alínea “d”, o qual prevê a responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto e acréscimos legais, inclusive multa por infração para a qual tenham concorrido por ação ou omissão, ao transportador que transporte mercadoria com documentação fiscal falsa, ideologicamente falsa ou inidônea:

Lei nº 6.763/75

Art. 21. São solidariamente responsáveis pela obrigação tributária:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

II - os transportadores:

(...)

d) em relação a mercadoria transportada com documentação fiscal falsa, ideologicamente falsa ou inidônea;

(...)

Verifica-se que a infração e a responsabilidade são objetivas e independentes, para a sua configuração, do ânimo do sujeito passivo/autor, na esteira do que disciplina o art. 136 do CTN.

Ademais, conforme claramente destacado em Manifestação Fiscal de fls. 190/228, a autuação decorre do cumprimento de ordem de serviço 08.240003801-21, em conferências das cargas despachadas na transportadora autuada, na qual contatou-se 90 (noventa) tênis Lacoste, 24 (vinte e quatro) sandálias, 36 (trinta e seis) chinelos e 12 (doze) bolsas **desacobertadas de notas fiscais** e 1.346 (mil, trezentos e quarenta e seis) tênis de marcas diversas, 84 (oitenta e quatro) sandálias, 3.012 (três mil e doze) chinelos, 683 (seiscentos e oitenta e três) sandálias femininas e 82 (oitenta e duas) botas bull terrier **acobertadas por notas fiscais consideradas ideologicamente falsas** nos termos do art. 95 do RICMS/23.

Assim, equivocou-se a Impugnante quando afirma que a autuação seria nula, porquanto teria sido erroneamente mencionada uma infração (ausência de documentação fiscal da mercadoria transportada), que não foi a constatada pela Fiscalização.

De acordo com a legislação mineira (art. 102, incisos I e III do RICMS/23), considera-se desacobertada de documentação fiscal, para todos os efeitos, a movimentação de mercadorias com documentos ideologicamente falsos ou que possuam características divergentes das apostas nos documentos fiscais. Veja-se:

RICMS/23

Art. 102 - Considera-se desacobertada, para todos os efeitos, a prestação de serviço ou a movimentação de mercadoria:

I - com documento fiscal falso ou ideologicamente falso;

(...)

III - em que a quantidade, espécie, marca, qualidade, tipo, modelo ou número de série, isolada ou cumulativamente, sejam diversos dos discriminados em documento fiscal, no tocante à divergência verificada;

(...)

Desta feita, correta a conclusão da Fiscalização quando realiza a imputação fiscal de transporte/depósito de mercadoria desacobertada de documento fiscal pela Impugnante, diante das constatações realizadas.

Rejeita-se, pois, a arguição de nulidade do lançamento.

Do Mérito

A autuação versa sobre mercadorias recebidas para transporte desacobertadas de documento fiscal e acobertadas por documentos ideologicamente falsos, que também foram consideradas desacobertadas, constatado em operação de conferência de mercadoria no estabelecimento da transportadora autuada, em cumprimento à ordem de serviço 08.240003801-21, no dia 19/12/24, às 11 horas.

Destaca-se que as mercadorias foram apreendidas através do Auto de Apreensão e Depósito (AAD) nº 24105, de 19/12/24, avaliadas em R\$ 406.758,00 (quatrocentos e sei mil, setecentos e cinquenta e oito reais), para comprovação de origem e posterior verificação em relação a possível falsificação de marca, ficando como depositária a transportadora.

Exige-se o ICMS acrescido da Multa de Revalidação disposta no art. 56, inciso II e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, todos da Lei nº 6.763/75.

A sócia-administradora, Maria Teodora Boaretto Granero, foi incluída como Coobrigada no polo passivo da autuação em consonância com o disposto no art. 135, inciso III, do CTN, c/c art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

A Impugnante, em sua Defesa, alega que não há que se falar em qualquer irregularidade de sua parte, vez que as notas fiscais desclassificadas foram emitidas por contribuintes devidamente habilitados, com estabelecimentos fixos, endereços e telefones atualizados, destacando que não lhe cabe fiscalizar os seus clientes ou as mercadorias transportadas/depositada, mas, sim, ao Estado.

Acrescenta que algumas das emitentes das notas fiscais se disponibilizaram a efetuar o pagamento da “cota parte” que lhes cabia na multa aplicada pela Fiscalização, o que comprova com a juntada dos DAEs avulsos emitidos, referente às Notas Fiscais nº 01, 447, 10863, 1876, 1877, 10930, 19, 46106705 e 270.

Em relação a empresa “Leica Aparecida Yamashita Balduino”, emitente da Nota Fiscal nº 008.465, esclarece que esta forneceu uma declaração confirmando ser detentora das mercadorias apreendidas, o que confirma a sua existência e idoneidade, bem como não consta em seus dados qualquer restrição.

Já no que tange à Nota Fiscal nº 461.441-74, afirma que esta não se encontrava no sistema da Impugnante, tampouco em seu poder no ato da Fiscalização, razão pela qual alega o seu desconhecimento e requer a anulação das penalidades impostas referente à referida nota fiscal.

Repisa a impossibilidade de sua responsabilidade, pois teria os limites da sua responsabilidade no transporte lícito de mercadorias, sendo que, em hipótese alguma, transporta bens que não estejam regularmente amparados com os documentos fiscais exigidos (nota fiscal e conhecimento de transporte).

Aduz que, na hipótese de ter sido cometida alguma infração, não foi causado qualquer prejuízo ao estado de Minas Gerais, destacando que cobrou pelo frete das mercadorias o valor de R\$ 11.329,41 e o montante da multa aplicada foi de R\$

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

256.257,54, alegando que jamais cometeria qualquer irregularidade com vistas a obter alguma vantagem (dolo), sabendo que estaria sujeita a uma multa tão rigorosa.

Todavia, razão não lhe assiste.

Inicialmente, cumpre destacar que nos termos do art. 95, inciso I, alíneas “c”, “e” e “f” do RICMS/23, considera-se ideologicamente falso o documento fiscal autorizado previamente, de contribuinte inscrito e sem estabelecimento ou que tenha se utilizado de dados falsos para obter a sua inscrição, assim como nas hipóteses em que o documento fiscal contenha informações que não correspondam à real operação ou prestação:

RICMS/23

Art. 95 - Considera-se ideologicamente falso:

(...)

I - o documento fiscal autorizado previamente:

(...)

c) de contribuinte inscrito, porém sem estabelecimento, ressalvadas as hipóteses previstas neste regulamento;

(...)

e) de contribuinte que tenha obtido inscrição estadual ou alteração cadastral com a utilização de dados falsos;

(...)

f) não enquadrado nas hipóteses anteriores e que contenha informações que não correspondam à real operação ou prestação;

(...)

No caso em análise, os elementos apresentados nos anexos do e-PTA, notadamente o AAD 24105 e as informações destacadas em manifestação fiscal sobre os emitentes das notas fiscais demonstram a necessidade de considerar as notas fiscais que acobertavam as mercadorias – quando existentes – como ideologicamente falsas, nos termos da legislação acima destacada.

Enfatiza-se a existência do detalhamento das informações sobre as 17 empresas emitentes das notas fiscais, constante às págs. 192/222 do e-PTA, que evidencia, que os documentos fiscais estão sendo utilizados de forma fraudulenta por fabricantes ou comerciantes de calçados de marcas falsificadas estabelecidos em Nova Serrana, tais como: empresas bloqueadas por inexistência de estabelecimento ou presentes em endereços residenciais, empresas com inscrição suspensa por ter utilizado da inscrição com dolo ou fraude, ausência de notas fiscais de entradas das mercadorias comercializadas, ausência de apresentação de PGDAS/DAPI, em contraponto com o alto volume de emissão de notas fiscais e faturamento.

Ademais, devidamente constatado e demonstrado que as mercadorias descritas nos documentos relacionados eram diversas das apreendidas, pois, enquanto no documento os calçados eram descritos sem identificação de marca, as mercadorias

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

apreendidas eram de marcas patenteadas, de nome de destaque no mercado (Nike, Adidas, Havaianas, Mizuno, Fila, Bull Terrier, etc).

Diferentemente do que alega a Impugnante, é, sim, seu dever exigir do remetente da mercadoria que o documento fiscal corresponda à operação ou prestação realizada, assim como requerer a exibição do seu comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes, conforme prevê o art. 60, incisos VII e X do RICMS/23, o que não afasta, por óbvio, o poder/dever do Estado de realizar a sua fiscalização, tal qual feito no presente Auto de Infração. Colaciona-se:

RICMS/2023

Art. 60 - São obrigações do contribuinte do ICMS, observados forma e prazos estabelecidos na legislação tributária, além de recolher o imposto e, sendo o caso, os acréscimos legais:

(...)

VII - emitir e entregar ao destinatário da mercadoria ou do serviço que prestar, e exigir do remetente ou do prestador, o documento fiscal correspondente à operação ou à prestação realizada;

(...)

X - exibir e exigir a exibição, nas operações ou nas prestações que com outro contribuinte realizar, do comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes do imposto;

(...)

Ressalte-se que a infração caracterizada é formal, não dependendo da constatação de dolo da transportadora para a sua responsabilização, como esta quer fazer crer em sua Defesa, estando o prejuízo ao erário devidamente caracterizado, notadamente em virtude da ausência de recolhimento de ICMS exigido no presente Auto de Infração, para além dos seus reflexos em decorrência da constatação de se tratar de mercadoria que se utilizava falsamente de marcas de renome no mercado. Sobre este ponto merece, ainda, destaque as elucidações feitas em manifestação fiscal:

(...)

Certamente a afirmação “ausência de prejuízo ao Erário de Minas Gerais” é meramente protelatória não deve ser o entendimento de fato da douta representante do impugnante, tanto que reconhece e recolhe parte do crédito tributário. A transportadora reconheceu o crédito tributário relacionado às NFE desclassificadas 1876 e 1877 – Comercial Wallas, 007/069-PP Shoes Inova, 10863/10930 - Castro Atacadista, 447 – Wagner Rodrigues, 19 – Constance Inova, 270 – Loja Calçados Inova, 46106705 – Maria Aparecida, juntamente com as mercadorias desacobertada, no valor total de R\$ 31.801,65 recolhido em DAE avulso, individualizadas no código

de receita 3228 – ICMS OUTROS, conforme demonstrativo abaixo:

(...)

Curiosamente os valores foram pagos por terceiros que não figuram como titulares das empresas envolvidas, conforme comprova os documentos juntados, demonstrando o conhecimento da autuada dos reais proprietários das mercadorias apreendidas e ciência das irregularidades.

Documenta o uso inescrupuloso e fraudulento dos documentos, com a intenção premeditada de omitir o imposto devido, o pagamento das irregularidades vinculadas às notas 1877/1876, deixando de reconhecer o crédito tributário relacionado a nota 1909, supostamente emitidas por Comercial Wallas. Certamente os documentos foram utilizados por fornecedores diferentes. Os fatos determinantes da falsidade ideológica das notas fiscais são os mesmos.

Para ilustrar somente as 34 notas fiscais ideologicamente falsas juntamente com a mercadoria desacoberda de documento apreendidas no estabelecimento da impugnante omitiram o montante de ICMS no valor de R\$ 73.216,44. O prejuízo ao erário estadual pelo uso dos documentos fiscais falsos das empresas envolvidas no crédito tributário em questão, por fabricantes da região de Nova Serrana monta um faturamento da ordem de R\$ 82.792.392,19, omitido à tributação do ICMS – ICMS omitido R\$ 14.902.630,59

(...)

Sobre a alegação de desconhecimento da Nota Fiscal nº 046.144.174 emitida por LolaShoes, conforme destacado em manifestação fiscal, este argumento não merece prosperar, pois o documento se encontrava em poder da Autuada, o que é comprovado, tendo em vista que esta está relacionada no documento de págs. 07, item 26, “Notas Fiscais Desclassificada conforme AAD 24105 de 19/12/24” que é parte integrante do AAD, devidamente autenticado pelo representante da Impugnante e pelo Autuante.

Em relação a empresa “Leica Aparecida Yamashita Balduino”, referente à Nota Fiscal nº 008.465, esta foi objeto do Termo de Reformulação, razão pela qual se reconhece a perda do seu objeto no argumento apresentado pela Defesa, assim como sobre os pagamentos parcialmente efetivados por outras empresas.

Desta feita, verifica-se que restou caracterizada a infringência à legislação tributária, sendo, por conseguinte, legítimas as exigências constantes do Auto de Infração em comento.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Quanto às assertivas de ilegalidade e inconstitucionalidade trazidas pela Defesa, inclusive quanto ao pretense efeito confiscatório da multa, cumpre registrar que não cabe ao Conselho de Contribuintes negar aplicação a dispositivos de lei, por força de sua limitação de competência constante do art. 182 da Lei nº 6.763/75 (e do art. 110, inciso I do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA), *in verbis*:

Lei nº 6.763/75

Art. 182. Não se incluem na competência do órgão julgador:

I - a declaração de inconstitucionalidade ou a negativa de aplicação de ato normativo, inclusive em relação à consulta a que for atribuído este efeito pelo Secretário de Estado de Fazenda, nos termos do § 2º do art. 146;

(...)

Com relação ao princípio do não confisco, assim foi o voto da Ministra Carmen Lúcia em decisão do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

(...)

AO EXAMINAR O CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS, O TRIBUNAL DE ORIGEM DECIDIU, NO CASO ESPECÍFICO, QUE A MULTA DE REVALIDAÇÃO NÃO AFRONTA O PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO: “NO QUE SE REFERE À MULTA DE REVALIDAÇÃO, PREVISTA NO ART. 56, II, E § 2º, I, DA LEI ESTADUAL Nº 6763/75, RELATIVA AO RECOLHIMENTO INTEMPESTIVO DO TRIBUTO (NATUREZA MORATÓRIA), ENTENDO QUE O PERCENTUAL FINAL DE 100% (CEM POR CENTO) NÃO DEVE SER ALTERADO, POSTO QUE NÃO DEMONSTROU POTENCIAL CONFISCATÓRIO. (...) OBSERVE-SE QUE A REDUÇÃO MENCIONADA SOMENTE SERIA POSSÍVEL NAS HIPÓTESES DESCRITAS NOS INCISOS I A IV DO § 9º DO ARTIGO 53, O QUE NÃO RESTOU VERIFICADO NOS PRESENTES AUTOS” (FLS. 819-820). DE MAIS A MAIS, OBSERVANDO OS VALORES CONSTANTES DA EXECUÇÃO FISCAL EM APENSO, CONCLUIU QUE A COBRANÇA DA MULTA ISOLADA EM PERCENTUAL LEGALMENTE PREVISTO, CONQUANTO ELEVADA NÃO TEM O CONDÃO DE ULTRAPASSAR O LIMITE DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA, DESESTABILIZAR O PRÓPRIO NEGÓCIO COMERCIAL OU COMPROMETER O PATRIMÔNIO DA EMPRESA AUTORA, NÃO RESTANDO CONFIGURADO O CONFISCO A AUTORIZAR A EXCEPCIONAL REDUÇÃO DA PENALIDADE (...). AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 823.886 MINAS GERAIS DE 07/04/2015.

(...)

Em relação à coobrigação da sócia-administradora, esta responde pessoalmente pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias decorrentes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto, em face das disposições contidas no art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional (CTN) e no art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CTN

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

(...)

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Lei nº 6.763/75

Art. 21. São solidariamente responsáveis pela obrigação tributária:

(...)

§ 2º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto:

(...)

II - o diretor, o administrador, o sócio-gerente, o gerente, o representante ou o gestor de negócios, pelo imposto devido pela sociedade que dirige ou dirigiu, que gere ou geriu, ou de que faz ou fez parte.

(...)

O art. 135, inciso III do CTN tem o mesmo alcance do § 2º, inciso II descrito anteriormente e é aplicável a empresas que estejam ou não em atividade.

A melhor doutrina é no sentido de que os administradores, mandatários, sócios-gerentes e diretores respondem pela obrigação tributária quando os seus atos contrários à lei, ao contrato social, ou estatuto forem prévios ou concomitantes ao surgimento da obrigação tributária (que se dá pela realização do fato gerador).

Na lição dos Professores Hugo de Brito Machado (Curso de Direito Tributário, 10ª ed. 1995, pág. 113), Werther Botelho Spagnol (Curso de Direito Tributário, 1ª ed. 2004, pág. 208), Ricardo Lobo Torres (Curso de Direito Financeiro e Tributário, 13ª ed. 2006, pág. 268) e José Alfredo Borges (Notas de Aula/UFMG, inéditas), dentre outros, a responsabilidade do art. 135 do CTN é solidária.

Cumprе salientar que a solidariedade não é forma de inclusão de um terceiro no polo passivo da obrigação tributária e não é espécie de sujeição passiva indireta, é forma de graduar a responsabilidade daqueles sujeitos que já compõem o polo passivo.

No caso em análise não ocorreu o simples inadimplemento de obrigação tributária, mas, sim, um ilícito tributário (fraude) decorrente da constatação da presença de mercadorias recebidas para transporte desacobertadas de documento fiscal e acobertadas por documentos ideologicamente falsos, o que afasta a aplicação da Súmula 430 do STJ.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a arguição de nulidade do lançamento. No mérito, à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento, nos termos da reformulação do crédito tributário efetuada pela Fiscalização às págs. 233/234. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Frederico Augusto Lins Peixoto (Revisor) e Gislana da Silva Carlos.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2025.

Mellissa Freitas Ribeiro
Relatora

Geraldo da Silva Datas
Presidente

P